



Observatório
Interdisciplinar
das Mudanças
Climáticas

DESMASCARANDO OS ATORES E OS DISCURSOS DA OBSTRUÇÃO CLIMÁTICA NA ARGENTINA E NO BRASIL

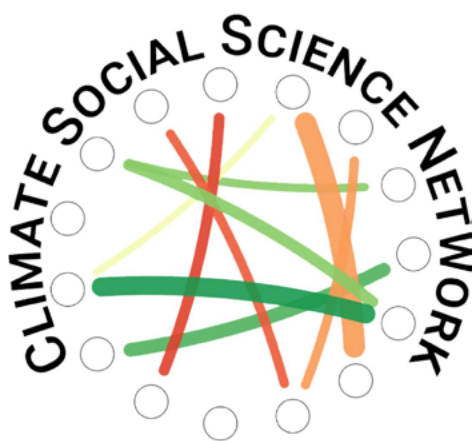
Guy Edwards
Carlos R. S. Milani

com a contribuição de Ricardo A. Gutiérrez, Ruth E. McKie,
Lucas Christel e Janaína B. Pinto.

CADERNOS DO OIMC
nº 19/2025

ISSN: 2764-1120

Policy Brief publicado originalmente em março de 2025 pela
The Climate Social Science Network, com o título *Uncovering
climate obstruction actors and discourses in Argentina and Brazil*.
Tradução por Júlia Nascimento Santos.



Apresentação

Este documento foi [originalmente publicado](#) pela rede Climate Social Science Network ([CSSN](#)) da Universidade Brown, nos Estados Unidos. Como parte da colaboração entre a CSSN e o Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas, publicamos uma versão em português do artigo nos Cadernos do OIMC.

Os principais resultados dos estudos de caso sobre a Argentina e o Brasil podem ser assim resumidos:

1. Argentina:

- Há o consenso de que a ação da Argentina sobre as mudanças climáticas é incipiente e carece de abrangência e coordenação.
- O negacionismo climático não foi identificado como preocupação antes da eleição do presidente Javier Milei, que abertamente nega a natureza antropogênica das mudanças climáticas.
- As principais estratégias de obstrução climática estão relacionadas aos lobbies contra políticas climáticas específicas, especialmente nos setores energético e agrário.
- Diversos atores afirmam que atividades com alta emissão de carbono são indispensáveis para solucionar os desafios econômicos do país, apesar do risco de comprometer os objetivos climáticos nacionais.
- Existe a ausência de uma contranarrativa com força suficiente para confrontar esse discurso dominante, devido à fragmentação do setor ambiental e à falta de uma análise unificada sobre como avançar simultaneamente a ação climática e o desenvolvimento econômico.

2. Brasil:

- O desmantelamento da legislação ambiental brasileira, liderada pela bancada ruralista, o maior grupo no congresso nacional, é um dos principais aspectos da obstrução climática no Brasil.
- Os grupos do agronegócio brasileiro relacionados com grilagem e desmatamento ilegal são os atores mais relevantes da obstrução climática, acima da indústria de combustíveis fósseis.
- O negacionismo climático no Brasil é praticado de forma mais explícita por atores da extrema-direita, grupos de ativistas contra o clima e líderes ultraconservadores, mas ainda assim em medida muito menor do que em diversas regiões do Norte Global.
- A disseminação da desinformação climática cresceu significativamente durante o governo do presidente Jair Bolsonaro, que nomeou oponentes declarados da ciência climática para seu gabinete e enfraqueceu severamente a governança ambiental.
- Durante o mandato de Bolsonaro, sua ideologia de extrema-direita, sua retórica e seu comportamento, incluindo negacionismo climático, não eram originais, mas eram fortemente influenciados por suas conexões internacionais, particularmente com Donald Trump.



Universidade do Estado do Rio de Janeiro Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas

SUMÁRIO

Introdução

Página 01

Principais resultados dos estudos de caso na Argentina e no Brasil

Página 02

Por que esta nova agenda de pesquisas sobre obstrução climática importa para o debate político na Argentina e no Brasil hoje

Página 03

Recomendações para a academia e a sociedade civil

Página 06

Considerações finais

Página 07

Notas

Página 09



Introdução

Pouco se sabe sobre a obstrução climática no Sul Global. Apresentamos aqui algumas conclusões iniciais de um projeto comparativo que visa a mapear os atores da obstrução climática, suas narrativas e estratégias na Argentina e no Brasil. Nós definimos a obstrução climática como um conjunto de “ações intencionais e esforços para procrastinar ou impedir políticas climáticas compatíveis com o consenso científico sobre o que é necessário para evitar a interferência humana perigosa no sistema climático”. [1] No caso da Argentina, o estudo se baseou principalmente em 20 entrevistas semiestruturadas com acadêmicos, ambientalistas, atores do setor público e jornalistas conduzidas entre setembro de 2022 e outubro de 2023. O estudo de caso brasileiro utilizou a revisão de bibliografia, análise de materiais da mídia e 20 entrevistas semiestruturadas com agentes de governos anteriores ao de Jair Bolsonaro, pesquisadores, jornalistas e especialistas da sociedade civil, conduzidas entre fevereiro de 2021 e agosto de 2022.

A Argentina e o Brasil foram selecionados porque representam diferentes e importantes locais para se explorar a agenda de pesquisas sobre a obstrução climática. Por exemplo, em comparação com os EUA, onde o setor de combustíveis fósseis é amplamente controlado por corporações, a Argentina e o Brasil possuem principalmente indústrias estatais ou mistas que são dominantes no setor. Há ainda o contexto específico do desenvolvimento, que se apresenta de forma distinta para economias mais avançadas, com significativas organizações de obstrução (como no caso dos EUA). Isso significa que a visão sobre os sentidos e os tempos da descarbonização pode ser percebida de forma diferente e, assim, impactar nosso entendimento geral sobre a obstrução climática.

A obstrução climática na Argentina e no Brasil também têm graves consequências para a ação climática global e para a transição energética justa. Ambos os países apresentam vastos recursos naturais, altos níveis de biodiversidade, populações indígenas e outras comunidades vulneráveis (tais como quilombolas

e ribeirinhos, pequenos produtores rurais e pessoas vivendo em favelas e *villas miseria*) que são desproporcionalmente afetadas pela crise climática, eventos extremos e perda de biodiversidade, tendo suas vozes e seus interesses marginalizados no processo decisório e nos espaços institucionais. [2] Argentina e Brasil também têm vastos complexos do agronegócio e da extração mineral, além de viverem o boom da produção de combustíveis fósseis (por exemplo, Vaca Muerta e Pré-Sal). Isso significa que esses setores representam grande parte das emissões de GEE destes países.

A Argentina é o terceiro maior emissor de GEE na região. A principal fonte das emissões de GEE são o setor energético, seguido por agricultura, pecuária, florestas e uso da terra. [3] Além disso, o país possui um modelo de desenvolvimento consolidado em que o setor agrário e o setor de hidrocarbonetos, ou óleo e gás, desempenham papéis centrais para a economia e para as exportações nacionais. Por outro lado, os antigos presidentes argentinos Mauricio Macri e Alberto Fernandez buscaram uma posição cooperativa e promotora das negociações sobre mudanças climáticas na ONU para o país. O setor de óleo e gás na Argentina possui uma influência significativa, e a produção de combustíveis fósseis é considerada um fator importante para a recuperação econômica antes, durante e após a pandemia da COVID-19. Apesar do governo argentino ter-se comprometido com a redução das emissões nacionais de GEE até 2030, existe uma forte pressão para aumentar a exportação de recursos naturais (lítio, cobre, ouro, petróleo, gás natural, grãos etc.) como uma fonte de recursos do comércio internacional para promover a recuperação econômica. A administração do presidente Javier Milei, que tomou posse no final de 2023, tem caminhado em direção ao enfraquecimento severo da agenda climática no país.

O Brasil é o maior emissor de GEE da América Latina e está entre os dez maiores emissores globais. Este possui uma economia baseada na exploração intensiva de recursos naturais somada à agricultura de larga escala, produção de gado e desmatamento, os quais combinados representam mais de dois terços das emissões de GEE do país em 2021. [4] O Brasil tem buscado se posicionar historicamente como líder

nas negociações da ONU sobre mudanças climáticas. Entretanto, principalmente durante a administração Bolsonaro (2019-2022), houve um foco redobrado no desenvolvimento automotivo e na extração de petróleo, a ressurgência do desmatamento na Amazônia e em outros biomas e a fragilização das instituições de proteção ambiental. A administração do presidente Lula, que tomou posse no início de 2023, encara uma miríade de desafios incluindo a reconstrução das normas de proteção ambiental e das políticas climáticas, o confronto com oposições fortes no congresso e com governadores de estados-chave (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), além do gerenciamento frequente das concessões que tem de fazer entre os objetivos climáticos, os interesses do agronegócio e a ressurgência da extração de petróleo em áreas ambientais sensíveis.

Principais resultados dos estudos de caso na Argentina e no Brasil

1. Argentina

O estudo do caso sobre a Argentina evidenciou as percepções dos acadêmicos, ambientalistas, atores do setor público e jornalistas. Estes grupos representam a maior parte das vozes-chave no processo de enquadramento da agenda da ação climática e sua disseminação. [5] O foco nas percepções ajuda a explicar o modo como os atores interpretam a questão climática e as atividades de obstrução. Parte-se do princípio de que uma análise dos conhecimentos, das crenças e das práticas dos atores em relação às mudanças climáticas ajuda a melhor compreender as disputas acerca da agenda.

Em primeiro lugar, a maior parte dos entrevistados compreende que o progresso argentino na ação climática é incipiente e carece de abrangência e coordenação. Em segundo lugar, a maioria concordou que o negacionismo climático não era uma preocupação relevante no país antes da eleição do presidente Javier Milei e seu novo partido, *La Libertad Avanza*. Terceiro, as principais estratégias de obstrução climática estão relacionadas com o lobby econômico contra políticas

climáticas específicas, o que reflete o debate em que ação climática e o imperativo do crescimento econômico são confrontados um contra o outro.

Dois mecanismos específicos foram identificados. Primeiro, há uma disputa de narrativas sobre como a transição energética deveria acontecer na Argentina. Diversos atores identificaram um forte discurso afirmando que determinadas atividades são indispensáveis para resolver os desafios econômicos do país. Ademais, atores-chave dos setores ambientalista e acadêmico notaram que uma contranarrativa com potência suficiente para confrontar o discurso dominante ainda precisa se materializar. Isso reflete a fragmentação do setor ambientalista e a ausência de uma análise unificada sobre como avançar simultaneamente a ação climática e o desenvolvimento econômico. Segundo, quase todos os entrevistados identificaram atores econômicos que praticam o lobby para impedir ou minar políticas climáticas que afetariam seus interesses.

2. Brasil

O estudo do caso sobre o Brasil inclui percepções de atores ambientalistas e climáticos no país para melhor compreender o negacionismo, as estratégias intencionais de procrastinação e a obstrução climática. O estudo mostra que práticas de negacionismo, procrastinação e obstrução climática assumem diferentes formas no Brasil, embora, assim como nos países desenvolvidos, a obstrução também seja implementada por setores econômicos poderosos e atores políticos em posições centrais no governo federal e no congresso nacional.

O negacionismo climático no Brasil é mais explicitamente praticado por atores da extrema direita, um pequeno grupo de ativistas contra o clima e líderes ultraconservadores (por exemplo Ricardo Felício, Evaristo Miranda, Bertrand de Orleans e Bragança, Alain Santos, entre outros), mas ainda assim em medida muito menor do que o modo como ocorre no Norte Global. O estudo mostra que ações tomadas por grupos do agronegócio e líderes ideológicos da extrema-direita (como a Sociedade Brasileira Rural, AgroSur, Associação Brasileira do Carvão, entre outras), assim como

a implementação do modelo de desenvolvimento predatório, são os principais fatores que explicam o atraso brasileiro em avançar uma agenda climática ambiciosa.

O dismantelamento da legislação ambiental brasileira, liderada pela bancada ruralista, o maior grupo no congresso nacional, é um dos principais aspectos da obstrução climática no Brasil. Esses agentes econômicos estão envolvidos em crimes ambientais, sobretudo relacionados à invasão de terras públicas (grilagem [6]) e desmatamento ilegal. O agronegócio e as indústrias produtoras de carne possuem conexões políticas com governos (por exemplo, JBS, Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária e AgroSoja Brasil) e com frequência buscam justificar sua oposição a um comprometimento climático mais ambicioso baseando-se na defesa (equivocada) da soberania estatal, na premência do desenvolvimento econômico e na receita produzida pelas exportações.

A disseminação da desinformação climática aumentou significativamente com a chegada da extrema-direita no governo, sob a administração do presidente Jair Bolsonaro (2019-2023). A ideologia de extrema-direita, o negacionismo climático, a retórica e o comportamento de Bolsonaro foram fortemente influenciados por suas conexões internacionais, particularmente com o presidente Trump. O governo federal usou repetidamente a desinformação climática como uma estratégia para dificultar políticas e debates públicos sobre a emergência climática. Bolsonaro nomeou ministros que negaram as mudanças climáticas publicamente. Dentre eles podemos citar: Ricardo Salles, então Ministro do Meio Ambiente; Teresa Cristina, Ministra da Agricultura; e Ernesto Araújo, conhecido por seus ataques contra o multilateralismo e o “globalismo”, mesmo estando à frente do Itamaraty. A governança ambiental foi enfraquecida de diversas formas, inclusive com a adoção de objetivos de redução das emissões menos ambiciosos, a violação do Acordo de Paris, o congelamento do Fundo Amazônia e a redução dos orçamentos e dos recursos humanos das instituições climáticas e ambientais.

Por que esta nova agenda de pesquisas sobre obstrução climática importa para o debate político na Argentina e no Brasil hoje

Estes estudos de caso são muito importantes para os debates políticos atuais relacionados ao clima, ao meio ambiente e ao desenvolvimento na Argentina e no Brasil.

1. Argentina

O negacionismo climático do presidente Javier Milei e as ações implementadas por sua administração para enfraquecer a política ambiental e climática sugerem que a obstrução climática está ganhando força na Argentina. Milei chamou a mudança climática de “uma mentira socialista” e negou que os humanos a estejam causando, apesar do consenso científico de que as ações humanas são as principais responsáveis pela crise climática. [7] Embora tenha dito inicialmente que seu governo permaneceria no Acordo de Paris e não abandonaria o compromisso de zerar as emissões líquidas até 2050, após a reeleição de Donald Trump em 2024, Milei afirmou estar reconsiderando se abandonará o acordo. [8] Essa decisão precisaria ser aprovada pelo Congresso Nacional. Sinal de preocupação internacional, a administração de Milei ordenou que os negociadores argentinos na COP29, em 2024, deveriam abandonar as negociações. [9]

Javier Milei também está tentando revogar leis e medidas de proteção ambiental, o que ameaça geleiras e florestas como parte de sua agenda para reduzir o Estado e as despesas públicas, combater a inflação e reacender o crescimento econômico. Milei dissolveu o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e criou uma subsecretaria de meio ambiente no Ministério do Interior. [10] Sua administração apoia fortemente os investimentos em combustíveis fósseis, especialmente no campo da *Vaca Muerta*, o qual foi descrito como uma bomba de carbono em escala mundial e cuja exploração consumiria mais de 11% do orçamento global de CO₂ para limitar o aquecimento do planeta até 1.5°C. [11] Em 2024, a administração

aprovou o novo regime de investimentos oferecendo benefícios fiscais, comerciais e cambiais para projetos avaliados em mais de US\$200 milhões em vários setores, incluindo florestas, mineração, óleo e gás. [12] Enquanto isso, há indícios de haver pouco interesse em promover energias renováveis no âmbito doméstico. Em relação à produção de lítio, o governo está interessado em atrair investimentos externos para o setor de mineração principalmente para impulsionar o crescimento econômico, em vez de, por qualquer convicção, apoiar a transição energética global. [13]

O negacionismo climático do presidente Milei e sua afinidade com Trump poderiam impulsioná-lo a abandonar o Acordo de Paris. Entretanto, o risco de perder importantes fluxos de financiamento climático para o país, além da complexa relação comercial da Argentina com a União Europeia e com a China, ambos a favor do Acordo de Paris, provavelmente impedirá a saída da atual administração do acordo. [14] Os atores climáticos e ambientais do país também se oporiam a essa medida e os obstáculos legislativos podem gerar intimidação. Apesar disso, a agenda política climática do país parece frágil.

A curto prazo, ainda não está claro se a administração Milei vai participar da COP30 em novembro. Ele é o primeiro presidente argentino que, até então, não fez uma visita bilateral oficial ao presidente brasileiro, apesar de ter aceitado o convite para participar dos encontros do G20 no Rio de Janeiro no ano passado. Em 2025, espera-se que todos os países-partes do Acordo de Paris apresentem seu terceiro plano de Contribuições Nacionalmente Determinadas, NDCs da sigla em inglês, ou seja, planos climáticos nacionais que representem como esses países vão reduzir suas emissões e se adaptarão aos impactos climáticos. Relatórios recentes sugerem que a Argentina vai apresentar seu novo plano por volta do meio deste ano. [15] No entanto, considerando a agenda contrária ao clima de Milei, é pouco provável que a Argentina apresente um plano mais ambicioso que sua contribuição anterior, classificada como “criticamente insuficiente”, pelo *Climate Action Tracker*, o qual analisa o plano climático dos

países e seu alinhamento ao Acordo de Paris. [16] É possível que aqueles atores que estavam demandando atividades intensivas em carbono para apoiar a recuperação econômica pressionem por uma redução ou enfraquecimento ainda maior dos compromissos climáticos da Argentina. A falta de uma narrativa robusta que possa desafiar a natureza indispensável de atividades intensivas em carbono devido à fragmentação do setor ambiental sugere que a resistência ao abandono do Acordo de Paris e o entusiasmo em pressionar por ações climáticas mais efetivas podem ser limitados.

2. Brasil

O presidente Lula colocou as mudanças climáticas e o meio ambiente entre suas prioridades após sua reeleição em 2022. Como resultado, atores do negacionismo climático de alto escalão foram removidos do governo federal, mas isso não impediu que, mesmo fora do governo, eles tenham produzido ruído na política nacional e local. O Ministério do Meio Ambiente foi renomeado como Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, sob a liderança de Marina Silva, como ministra, e Ana Toni, que havia fundado o Instituto Clima e Sociedade, como Secretária Nacional de Mudança do Clima.

A administração Lula se comprometeu a eliminar o desmatamento até 2030. Além disso, o desmatamento caiu drasticamente entre os anos de 2023 e 2024. [17] Em agosto de 2023, o Brasil anunciou o Plano de Transformação Ecológica baseado em seis pilares, incluindo financiamento sustentável, desenvolvimento tecnológico, bioeconomia, transição energética, economia circular e infraestrutura e adaptação à mudança climática. [18] O Brasil foi um dos primeiros países a anunciar sua NDC 3.0 ao Acordo de Paris, em novembro de 2024. Este estabeleceu uma meta ampla para todos os setores da economia para reduzir as emissões de GEE entre 59% e 67% abaixo dos níveis de 2005 até 2035. [19] Entretanto, até agora, as metas de redução das emissões brasileiras não estão alinhadas com os limites do aquecimento global de até 1.5°C e ainda permanece muita ambivalência quanto ao principal plano do país de expandir sua produção de combustíveis fósseis. [20]

Em 2024, o país presidiu o G20, no qual as mudanças climáticas foram incluídas como uma das prioridades. A Declaração Final do G20 reafirmou o forte compromisso dos membros com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e com o Acordo de Paris. [21] Por outro lado, a presidência brasileira do G20 mostrou que nem a Argentina nem o Brasil estão dispostos a pressionar pela inclusão de uma linguagem mais ambiciosa, indo além do abandono gradual dos combustíveis fósseis, em consonância com os resultados decepcionantes da COP28. Em 2025, o Brasil vai sediar a conferência do BRICS+ em julho e, depois, a COP30 em novembro, contexto que coincide com o retorno do presidente Trump à Casa Branca. Em janeiro de 2025, o experiente diplomata no setor ambiental e climático, Embaixador André Corrêa do Lago, e Ana Toni, a Secretária Nacional para Mudança do Clima, foram nomeados como presidente e diretora executiva da COP30, respectivamente. [22]

Apesar desses avanços, o entusiasmo do presidente Lula e de outros líderes políticos com os combustíveis fósseis desenha um cenário preocupante. Enquanto o Brasil produz a maior parte de sua eletricidade de matrizes hidroelétricas e assegurou grandes investimentos em projetos de energia solar e eólica, o país também se encontra ao mesmo tempo na oitava posição de maior produtor de petróleo do mundo e maior produtor em toda a América Latina, com planos de expandir a exploração. Em dezembro de 2023, o governo brasileiro leiloou mais de 602 blocos para a exploração de petróleo e gás, com um terço dos blocos concedidos para 19 companhias que haviam se comprometido a investir mais de US\$400 milhões. [23] Apelidado de “Leilão do Fim do Mundo” por ONGs brasileiras, as áreas leiloadas impactam comunidades indígenas, além de outras comunidades tradicionais, áreas protegidas na Amazônia, recifes de coral e regiões marinhas com alta biodiversidade. [24] Em fevereiro de 2025, também foi aprovada a entrada do Brasil na OPEC+, grupo de países produtores de petróleo. [25] A companhia nacional de petróleo, a Petrobras, espera iniciar a perfuração exploratória em 2025, em área próxima à foz do rio Amazonas, caso consiga a autorização da agência de proteção ambiental nacional, o Ibama. O presidente

Lula, de acordo com relatos, tem pressionado o Ibama para autorizar a licença para a Petrobras prosseguir com a exploração. [26]

Outros ministérios e agências do governo também estão avançando projetos com forte potencial de degradação do meio ambiente, incluindo a construção de uma rodovia na Amazônia, a legalização de reivindicações ilegais de terras públicas e a autorização de centenas de agrotóxicos perigosos. [27] Partidos de oposição ultraconservadores, que controlam o congresso brasileiro, também aprovaram legislação que enfraquece proteções ambientais e de comunidades indígenas.

Grupos da sociedade civil brasileira estão criticando o discurso contraditório do governo que, ao mesmo tempo, afirma protagonismo climático e promove os interesses da economia fóssil, o que poderia enfraquecer a aspiração à liderança do presidente Lula na COP30. [28] Apesar do Brasil possuir uma secretaria para transição energética, o país carece de um plano para eliminar os combustíveis fósseis. Ademais, as emissões provenientes do aumento da produção de combustíveis fósseis podem equalizar ou mesmo superar os ganhos advindos dos esforços brasileiros com a redução do desmatamento até 2030. [29]

O forte apoio do presidente Lula aos combustíveis fósseis está conectado com seu legado de líder que constrói consensos e com um pensamento ultrapassado que considera os combustíveis fósseis como o único caminho para a prosperidade. Esse ponto de vista é compartilhado entre os membros de diferentes ministérios, que são fortemente influenciados pela tradição econômica e industrial desenvolvimentista da América Latina. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, é a favor da aceleração do desenvolvimento dos combustíveis fósseis, por exemplo. Ele com frequência se refere à retomada pelos países do Norte Global dos combustíveis fósseis para motivar o Brasil a não abandonar seus planos de perfuração de poços de petróleo. A Fundação Perseu Abramo do Partido dos Trabalhadores também apoia esse discurso desenvolvimentista por meio de campanhas do tipo “O Petróleo é Nosso”. [30]

Na COP30, o Brasil poderá apresentar seus avanços na redução do desmatamento da Amazônia em particular, o que terá, provavelmente, um impacto positivo em seu papel na presidência da COP. Isso também trará para os holofotes líderes de comunidades indígenas e tradicionais como vozes-chave da região da Pan-Amazônia Sul-Americana. Entretanto, os esforços do governo Lula para expandir a produção de combustíveis fósseis podem comprometer seu entusiasmo e credibilidade para avançar nas decisões tomadas na COP28 em 2023, quando os países foram convocados a promover a transição rumo ao uso decrescente de combustíveis fósseis. [31] O Brasil não será capaz de avançar significativamente as negociações, a menos que este também lide com a necessidade de acelerar o processo de transição da queima de combustível fóssil, principal causador da crise climática. Nesse aspecto, o Brasil não está sozinho no cenário internacional.

Recomendações para a academia e a sociedade civil

1. *Academia e think tanks*

Os estudos de caso da Argentina e do Brasil demonstraram a necessidade da literatura de considerar as variações das narrativas, dos atores e das práticas da obstrução climática, que são altamente dependentes do contexto nacional, principalmente no Sul Global. Em ambos os países, assim como em toda a América Latina, o legado do desenvolvimentismo, o perfil não progressista das elites em questões socioeconômicas e a persistente desigualdade social foram determinantes para as trajetórias nacionais e são fundamentais para entender a obstrução climática e a interseccionalidade entre clima e injustiça hoje.

Com relação à Argentina, existem vários caminhos para pesquisas futuras. Em primeiro lugar, é necessário construir um entendimento mais sistemático do lobby contra a ação climática. Em segundo, é preciso que um esforço teórico e empírico diferencie as estratégias da obstrução climática daquelas do negacionismo, para assim melhor compreender como os atores trabalham e a natureza dos seus efeitos. Por fim, a agenda

de pesquisa deveria explorar como a administração do presidente Javier Milei e sua retórica podem influenciar a percepção de outros atores e potencialmente iniciar uma nova fase na contestação entre opiniões favoráveis e contrárias a políticas públicas climáticas.

No Brasil, existem diversas áreas de pesquisa a serem exploradas, incluindo como os atores da obstrução climática têm acesso aos espaços institucionais e às negociações multilaterais e neles operam. Em segundo lugar, é necessário analisar como eles produzem mudanças nas posições governamentais em relação à política externa e à cooperação. Em terceiro, é preciso um esforço para compreender como esses atores conseguem convencer os cidadãos e o eleitorado durante as campanhas eleitorais de que a crise climática é um assunto concernente à liberdade econômica e aos direitos individuais, e não um consenso científico global. Em quarto lugar, muito pouco se sabe sobre a influência das narrativas religiosas entre as elites brasileiras contrárias ao meio ambiente e às agendas climáticas. Por fim, pesquisas futuras são necessárias para explorar as conexões entre a obstrução climática, atividades ilegais e crimes ambientais.

Em ambos os países, é importante desenvolver pesquisas sobre o papel dos atores transnacionais e suas relações com a circulação global das narrativas e das práticas obstrucionistas. Essas deveriam ter como objetivo desmascarar as conexões transnacionais entre atores não estatais e organizações transnacionais, incluindo think tanks como o Altas Network, bancos multilaterais de desenvolvimento e outras instituições de financiamento internacionais. Além disso, seria importante desenvolver análises sobre as relações comerciais e os investimentos nos setores agrícola, energético, de defesa e de transportes entre Argentina e Brasil, e com seus parceiros do Norte e do Sul Global.

Em universidades na Argentina e no Brasil, a inclusão de novos temas de pesquisa acadêmica nos currículos pedagógicos também é importante. Por exemplo, acadêmicos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Nacional de San Martín, que desenvolveram os estudos aqui resumidos, estão incorporando os resultados das pesquisas deste proje-

to em seus cursos internacionais e interinstitucionais de pós-graduação (Mestrado e Doutorado) de Política Ambiental e Mudança Climática na América Latina. Novos cursos de pós-graduação e graduação estão levando a sério o tema da obstrução climática em debates com estudantes e futuros pesquisadores. Além disso, o Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas da UERJ lançou um curso online e de livre acesso sobre a Emergência Climática, cujo módulo introdutório trata da obstrução climática em uma das suas cinco aulas. [32]

2. Sociedade civil, organizações e jornalistas

Para os grupos da sociedade civil na Argentina e no Brasil, há uma necessidade urgente de avançar o diálogo e conscientizar a população local e parceiros internacionais sobre a obstrução climática e os modos de combatê-la. Nesse sentido, é importante explorar os discursos e as narrativas da obstrução climática nesses países e criar um mapa dos atores relevantes e suas conexões nacionais e transnacionais. [33] Essas tarefas são essenciais para aumentar a consciência sobre a existência e a atuação desses atores e de suas redes a fim de começar a desafiá-los por meio da criação de contradiscursos e contranarrativas, bem como campanhas contra a desinformação climática.

Fundações internacionais podem fazer mais para encorajar e financiar os grupos da sociedade civil e jornalistas especializados nos dois países para que documentem e analisem a atuação dos atores da obstrução climática e suas atividades. Considerando a poderosa rede de agentes da obstrução climática em funcionamento e a histórica violência contra aqueles que expõem danos ambientais e injustiças sociais nos dois países, mais particularmente no Brasil, um apoio especial precisa ser garantido para a segurança desses ativistas e jornalistas.

No Brasil, a sociedade civil pode ter um papel também na construção de consenso em torno de uma posição mais ambiciosa em relação à mudança climática e à transição energética justa. Na preparação para a COP30 há uma oportunidade singular para fomentar a consciência política sobre a existência e a atuação dos atores da obstrução climática, suas narrativas, discursos e atividades com o objetivo de assegurar que

esses atores não sabotem a COP ou prejudiquem os esforços domésticos para alavancar a conferência a impulsionar as ações climáticas e ambientais nacionais. Nesse sentido, a construção de alianças em torno da integridade da informação climática, envolvendo a sociedade civil, o governo e o sistema judicial, pode ser uma saída para lutar contra a desinformação. [34]

Considerações finais

Os estudos de caso da Argentina e do Brasil ilustram como, apesar de suas diferenças importantes, o negacionismo e a obstrução climática estão ocorrendo nos dois contextos, com implicações desastrosas para o enfrentamento da crise climática e ecológica. Com o retorno do presidente Trump ao poder em Washington em janeiro de 2025, existe um risco considerável de que as atividades do negacionismo e da obstrução climática sejam reforçadas, especialmente na Argentina, onde os EUA têm hoje aliados engajados. Enquanto isso, no Brasil, haja vista que Bolsonaro não é mais presidente, seus apoiadores praticantes da obstrução climática permanecem ativos nas redes sociais e possuem importantes laços com políticos poderosos no congresso, em governos subnacionais e no agronegócio. A defesa dos combustíveis fósseis pelo presidente Lula no caso da exploração pretendida de novos poços na região amazônica também representa um diferente tipo de obstrução climática, associada ao desenvolvimentismo e às tradições econômicas industriais, aspectos que precisam ser mais analisados e aprofundados. Para assegurar o sucesso da COP30, o governo brasileiro e seus parceiros terão de garantir que as ciências do clima (ciências naturais, exatas, sociais e humanas) guiem as negociações, evitando assim concessões politicamente convenientes que podem implicar uma catástrofe para o destino da Amazônia e de incontáveis populações mais vulneráveis ao redor do mundo, intensificando os impactos da crise climática. Estes estudos de caso proporcionaram bons pontos de partida em direção ao melhor entendimento sobre como a obstrução climática opera na Argentina e no Brasil, apontando os próximos passos necessários para enfrentá-la durante outro ano crucial para a ação climática: o ano da COP-30 em Belém do Pará.

Notas

- [1] Brulle, R. J., Roberts, J. T., & Spencer, M. C. (Eds.). *Climate Obstruction across Europe*. Oxford University Press, p. 6, 2024.
- [2] O Brasil abriga mais de 60% da floresta amazônica, possui entre 15% e 20% da diversidade biológica mundial e mais de 200 populações indígenas. A Argentina também é um dos países mais biodiversos no mundo, possui importantes reservatórios de água e paisagens naturais valiosas com pouca intervenção humana.
- [3] Ministério do Meio Ambiente da Argentina (2019): argentina.gob.ar/sites/default/files/inventario_de_gei_de_2019_de_la_republica_argentina.pdf
- [4] SEEG. Análise das emissões de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil, 1970-2022. n. 6, 2023. oc.eco.br/wp-content/uploads/2023/03/SEEG-10-anos-v4.pdf
- [5] Corporações e atores industriais foram contactados para participar do estudo, mas recusaram o convite.
- [6] A 'grilagem' consiste na invasão de terras públicas, normalmente, terras indígenas e unidades de conservação, seguida de desmatamento e registro ilegal de que aquela mesma terra pertenceria aos invasores ou terceiros. Uma vez que a ilegalidade é 'limpa' com o registro de posse da terra, produtores rurais a compram e começam a operar seus negócios legalmente.
- [7] Negacionista climático na Casa Rosa: A chegada de Milei coloca a agenda ambiental da Argentina em risco: english.elpais.com/climate/2023-11-30/climate-denier-in-the-casa-rosada-milei-arrival-puts-argentinan-environmental-agenda-at-risk.html
- [8] Milei afirma que está considerando retirar a Argentina do Acordo de Paris: batimes.com.ar/news/argentina/milei-says-hes-considering-taking-argentina-out-of-paris-agreement.phtml
- [9] O Governo de Milei retira a delegação argentina da COP29: o que isso implica realmente? climatica.coop/gobierno-milei-retira-argentina-cop29/
- [10] Balanço ambiental da Argentina 2024: o primeiro ano de governo de um presidente negacionista que sustenta que a economia deve vir antes que a natureza: es.mongabay.com/2024/12/balance-ambiental-argentina-2024-presidente-negacionista-sostiene-que-economia-esta-por-encima-de-naturaleza/
- [11] Vaca Muerta é uma 'bomba de carbono' que poderia consumir mais de 11% do orçamento global de CO₂: 350.org/vaca-muerta-is-a-carbon-bomb/
- [12] O novo regime de promoção de investimentos argentino: principais questões: ciu.com/n/argentinan-new-investment-promotion-regime-key-points/
- [13] Como o Lítio estrutura a recuperação econômica argentina? thedialogue.org/analysis/how-will-lithium-shape-argentinan-economic-recovery/
- [14] Risco de crise financeira pode impedir que a Argentina saia do Acordo de Paris: climatechangenews.com/2025/02/28/risk-of-financial-fallout-may-deter-argentina-from-leaving-paris-agreement/
- [15] América Latina prepara novos planos climáticos enquanto aumenta as emissões: dialogue.earth/es/clima/americ-latina-ndc-planes-climaticos-emisiones/
- [16] Perfil da Argentina no Climate Action Tracker: climateactiontracker.org/countries/argentina/
- [17] Desmatamento da Amazônia no Brasil despencou 31% para o menor nível em 9 anos: news.mongabay.com/2024/11/amazon-deforestation-in-brazil-plunges-31-to-lowest-level-in-9-years/
- [18] Plano de Transformação Ecológica do Brasil: gov.br/fa-zenda/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/transformacao-ecologica/english-version/documents/pte-19-10-2023-ecological-transformation-plan.pdf
- [19] Terceira NDC brasileira: unfccc.int/sites/default/files/2024-11/Brazil_Second%20Nationally%20Determined%20Contribution%20%28NDC%29_November2024.pdf
- [20] NDC não está alinhada com promessas de Lula, diz OC: oc.eco.br/en/ndc-misaligned-with-lulas-promises-says-oc/
- [21] Declaração final do G20: gov.br/planalto/pt-br/media/18-11-2024-declaracao-de-lideres-g20.pdf
- [22] Embaixador André Corrêa do Lago é escolhido como presidente da COP30: gov.br/planalto/en/latest-news/2025/01/ambassador-andre-correa-do-lago-chosen-as-president-of-cop30
- [23] Brasil realiza leilão de petróleo justamente quando a cúpula do clima chega ao fim: english.elpais.com/climate/2023-12-14/brazil-holds-oil-auction-just-as-climate-summit-comes-to-an-end.html
- [24] A perfuração do 'Leilão do fim do mundo' brasileiro para petróleo e gás: news.mongabay.com/2023/12/brazils-end-of-the-world-auction-for-oil-and-gas-drilling-commentary/
- [25] Brasil entra na OPEC+, grupo de principais nações exportadoras de petróleo: apnews.com/article/brazil-oil-opec-cop30-lula-3437780649f1d02bb041bd786131062e
- [26] Lula prejudica própria liderança na COP30 na corrida pelo petróleo: <https://www.oc.eco.br/en/lula-jeopardizes-own-leadership-at-cop30-in-dash-for-oil/> - A licença do IBAMA foi concedida para estudos técnicos em 19 de maio de 2025, após a conclusão deste artigo. Ver: agencia.petrobras.com.br/w/ibama-aprova-plano-da-petrobras-e-autoriza-realizacao-de-simulado-em-aguas-profundas-do-amapa

[27] A perfuração do 'Leilão do fim do mundo' brasileiro para petróleo e gás: news.mongabay.com/2023/12/brazils-end-of-the-world-auction-for-oil-and-gas-drilling-commentary/

[28] Lula prejudica própria liderança na COP30 na corrida pelo petróleo: oc.eco.br/en/lula-jeopardizes-own-leadership-at-cop30-in-dash-for-oil

[29] Brasil de Lula é criticado por causa dos planos petrolíferos nas negociações climáticas da ONU, uma reviravolta após status de herói no ano passado: english.elpais.com/international/2023-12-09/brazils-lula-takes-heat-on-oil-plans-at-un-climate-talks-a-turnaround-after-hero-status-last-year.html

[30] Revista do PT usa slogan da era Vargas para defender exploração de petróleo na Amazônia: folha.uol.com.br/colunas/painel/2025/02/revista-do-pt-usa-slogan-da-era-vargas-para-defender-exploracao-de-petroleo-na-amazonia.shtml - Ver também: <https://pt.org.br/focus-brasil-margem-equatorial-o-petroleo-e-nosso/>

[31] Na COP29 em 2024, os países estavam impossibilitados de chegar a um acordo sobre como as decisões do 'global stock-take' acordadas na COP28 em 2023 (o que inclui compromissos de transição para longe dos combustíveis fósseis) deveriam ser postas em prática e, por isso, foram deixadas para COP30 discutí-las novamente. Para mais detalhes veja o artigo da Carbon Brief sobre os resultados da COP29: carbonbrief.org/cop29-key-outcomes-agreed-at-the-un-climate-talks-in-baku/

[32] Para mais detalhes: obsinterclima.eco.br/modulos/

[33] Veja, por exemplo, o mapeamento dos grupos industriais produzidos por Desmog que buscaram influenciar a recente Conferência sobre Biodiversidade: desmog.com/2024/10/28/mapped-how-big-ag-pharma-pesticides-and-other-industries-hope-to-sway-the-un-biodiversity-talks/

[34] Para mais informações, veja: ciis.caad.info/

AGRADECIMENTOS E CRÉDITOS

Esse policy briefing foi escrito pelos membros do Grupo de Trabalho sobre Recursos Naturais, Energia e Obstrução Climática no Sul Global, da Climate Social Science Network (CSSN), incluindo **Guy Edwards** (Universidade de Sussex) e **Carlos R. S. Milani** (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), com contribuições adicionais de **Ricardo A. Gutiérrez** (Universidade Nacional de San Martín), **Ruth E. McKie** (Universidade de De Montfort), **Lucas Christel** (Universidade Nacional de San Martín) e **Janaína B. Pinto** (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Agradecemos o apoio da CSSN, que financiou o projeto para mapear os atores da obstrução climática na Argentina e no Brasil. Os autores também gostariam de agradecer ao time da CSSN, J. Timmons Roberts, Jennifer Jacquet e August DeVore, por seus comentários valiosos para o desenvolvimento deste briefing e em sua publicação em língua inglesa. Para a versão em português publicada pelo OIMC, gostaríamos de agradecer à Júlia Nascimento pela tradução e a Tiago Maranhão pela diagramação e publicação nesta série do OIMC. As opiniões e ideias são de inteira responsabilidade dos autores. Para mais detalhes sobre os estudos de caso da Argentina e do Brasil, acesso aos artigos originais e muito mais detalhados, por favor entre em contato com os autores Lucas Christel (lchristel@unsam.edu.ar), para o caso argentino, e Carlos R. S. Milani (crsmilani@iesp.uerj.br), para o caso do Brasil.

Júlia Nascimento Santos realizou a tradução do artigo original do inglês ao português. Carlos Milani fez a revisão final.



Os Cadernos do OIMC são uma publicação, de fluxo contínuo, do Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

O Conselho editorial é composto pelos professores Ana Paula Tostes, Carlos R. S. Milani, Elza Neffa e Mário Soares.

A coordenação da publicação é feita pelo coordenador de plantão do OIMC, atualmente Carlos R. S. Milani.

Diagramação: Tiago Maranhão
Layout: Rubens de S. Duarte

Como citar este documento?

Edwards, Guy; Milani, Carlos R. S.; Gutiérrez, Ricardo A.; McKie, Ruth E.; Christel, Lucas; Pinto, Janaína B. *Desmascarando os atores e os discursos da obstrução climática na Argentina e no Brasil*. Rio de Janeiro: Cadernos do OIMC, v. 19, 2025. ISSN: 2764-1120



Observatório
Interdisciplinar
das Mudanças
Climáticas



obsinterclima.eco.br

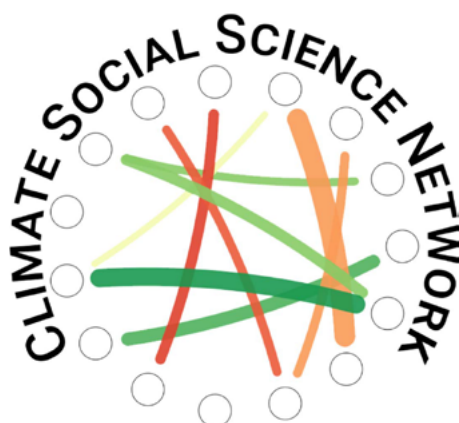


/obsinterclima



@_oimc

Parceria



Apoio



iCS

instituto
CLIMA e SOCIEDADE